



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Concedo a palavra ao Deputado Alessandro Molon.

(Apitos.)

Eu peço ao Plenário que pare de utilizar o apito, por favor.

O SR. ALESSANDRO MOLON - O meu tempo, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Não, o seu tempo está correndo, Deputado. Porque quem está apitando também é contra, como V.Exa.

O SR. ALESSANDRO MOLON - Sr. Presidente, eu peço a V.Exa. que me conceda o tempo regimental de 3 minutos.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Estão garantidos 2 minutos 38 segundos, até o momento.

O SR. ALESSANDRO MOLON - Não, Sr. Presidente, eu vou aguardar V.Exa. me conceder o tempo regimental.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Será um prazer ouvir o seu silêncio, Deputado Molon.

O SR. ALESSANDRO MOLON - Não, Sr. Presidente, eu peço a V.Exa. que, por favor, reitere o meu tempo.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Ele pode falar.

O SR. ALESSANDRO MOLON - Eu estou só aguardando os 3 minutos.



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Ele só não falou porque estavam apitando. Foi, sim. Foi, sim.

O SR. ALESSANDRO MOLON - Não, não, Sr. Presidente, V.Exa. falou no meio da minha fala. Eu estou pedindo a V.Exa. os 3 minutos, por favor, Sr. Presidente. Sr. Presidente, por favor, eu peço a V.Exa. ...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Maia) - Pode falar, Deputado. O senhor vai ter 3 minutos, fique tranquilo.

O SR. ALESSANDRO MOLON (Rede-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, se fosse verdade que as leis trabalhistas é que causam desemprego, há 4 anos o Brasil não teria atingido o pleno emprego com essas mesmas leis. Portanto, a proposta de Reforma parte de uma mentira: a mentira de que são as leis trabalhistas que geram desemprego. Não. Falso. O que gera desemprego é crise econômica, é ela que gera demissão e ela não se resolve mudando as leis trabalhistas.

O que essa reforma vai promover é a substituição de empregos com direitos garantidos, como o décimo terceiro, o pagamento igual para trabalhadores terceirizados ou não, por empregos precários. Afinal de contas o projeto prevê a terceirização irrestrita sem garantir aos terceirizados os mesmos salários dos trabalhadores contratados na empresa. Isso está no projeto, basta lê-lo.

Além disso, o projeto quer instituir que o negociado prevalecerá sobre o legislado. Ora, a lei já permite isso! Então para que a mudança? Para que o



negociado possa ser pior do que a lei. Essa é mudança que está acontecendo hoje. A negociação melhor do que a lei já é possível, o que não é possível é a negociação pior do que a lei, mas o projeto vai garantir isso.

O projeto retira direitos que os trabalhadores têm hoje. Eu vou repetir para que ninguém mais suba à tribuna para dizer que não retira.

Horas *in itinere*: esse é um direito que os trabalhadores têm hoje e perdem com a proposta.

Incorporação do valor da função gratificada: os trabalhadores têm hoje e perdem com a proposta.

Portanto, a proposta retira direitos que os trabalhadores têm hoje, sim.

Além disso, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, o trabalho intermitente previsto no projeto vai permitir que uma pessoa passe o mês inteiro à disposição do empregador e não ganhe nada no final do mês se não for chamado a trabalhar. Dá para acreditar nisto: a pessoa passar o mês inteiro à disposição e chegar ao fim do mês e não ganhar um centavo? É isso o que está previsto com o trabalho intermitente.

O projeto prevê dificultar o acesso à Justiça do Trabalho. E é por isto que seis TRTs já anunciaram que não funcionarão na sexta-feira, porque o projeto é contra o trabalhador e contra o acesso à Justiça do Trabalho. O projeto quer tirar direitos de quem já tem poucos direitos.



Por isso, sexta-feira, vamos às ruas, vamos lotar as ruas do Brasil e dizer:
“Não toquem nos nossos direitos! Respeitem o povo brasileiro e os direitos conquistados com muita luta!”

“Não” a essa reforma, Presidente!